



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 5 VARA MISTA DA COMARCA DE CABEDELO/PB

Processo n.º 08004839520198151211

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUCAS DA SILVA PEREIRA DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação**.

Desde já a demandada **IMPUGNA EXPRESSAMENTE** o cálculo apresentado pela parte autora no ID [44553604](#), por constar **EQUIVOCADAMENTE** com **inserção de multa do art. 523, CPC e data de inserção de juros equivocada**. Conforme expediente abaixo, o fatal de pagamento é tão somente em **16/07/2021** e o pagamento foi realizado em **18/06/2021**. O art. 523, CPC é claro ao determinar que as penalidades previstas no caput **SÓ SÃO APLICÁVEIS** caso não seja cumprimento o prazo de 15 dias após intimação para pagamento. Desta forma, notório que **NÃO** há que se falar em aplicação de multa.

Vejamos o expediente:

Despacho (7487723)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Representante: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Expedição eletrônica (23/06/2021 08:48:40)
ANA PAULA CHEKER registrou ciência em 23/06/2021 11:25:38
Prazo: 15 dias

16/07/2021 23:59:59
(para manifestação)

Outro equívoco cometido pela parte contrária foi a **inserção de juros desde 12/09/2019, data de elaboração do mandado de citação e NÃO a data de recebimento**, tanto que no ID [24425637 - Devolução de Mandado](#) consta a devolução de mandado não entregue. **Conforme expediente abaixo, a citação ocorreu em 27/01/2020.**

Expediente (3949171)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Representante: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Expedição eletrônica (23/01/2020 11:38:33)
ANA PAULA CHEKER registrou ciência em 27/01/2020 10:55:44
Prazo: 15 dias

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora para manifestação quanto ao pagamento e a impugnação supracitada, devendo ser extinta a execução com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação. Caso haja manutenção pelo cálculo equivocado, o que não espero, pugna pela PROCEDÊNCIA da presente impugnação, tendo em vista estar cabalmente comprovado que o cálculo e pagamento realizados estão nos exatos termos da condenação imposta, com posterior extinção dos autos nos termos do art. 924, II, NCPC. Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

CABEDELO, 24 de junho de 2021.

João Barbosa

OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES

15477 - OAB/PB

~